

1314

190
60

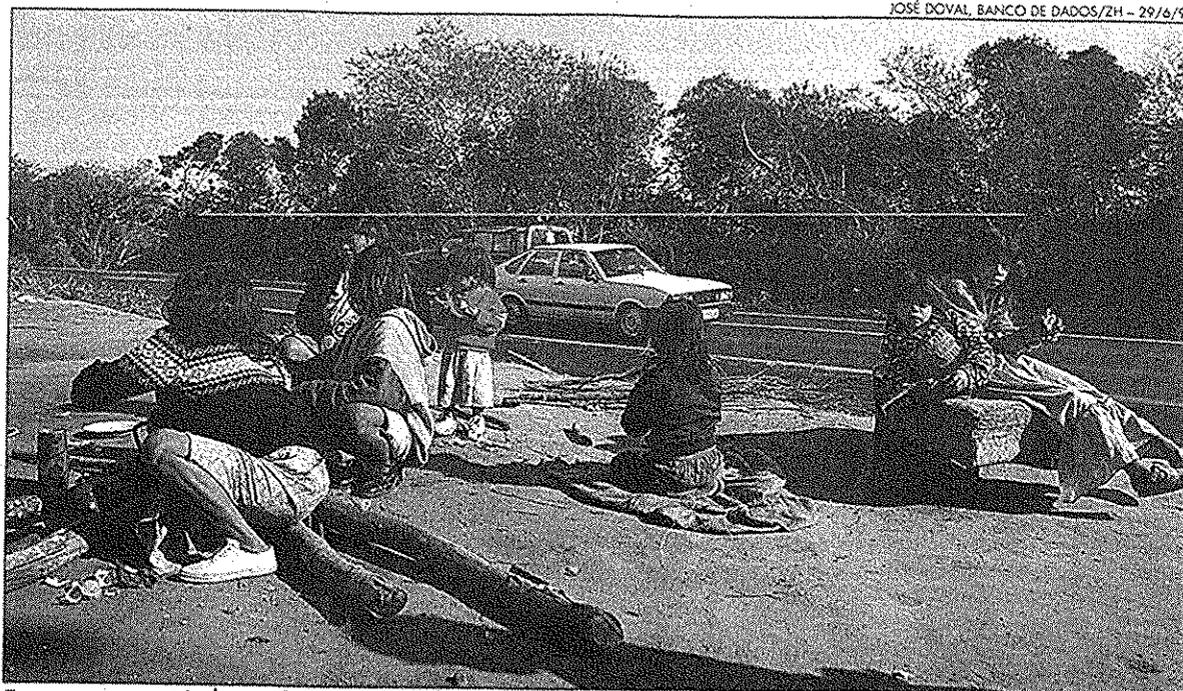
GERAL

POVOS INDÍGENAS

Burocracia impede indenizações

Famílias de índios atropelados têm dificuldade para receber seguro

JOSÉ DOVAL, BANCO DE DADOS/ZH - 29/6/98



Insegurança: índios vivem acampados às margens da BR-116, no município de Barra do Ribeiro

CLARINHA GLOCK

A falta de documentação está impedindo os índios mbyás-guaranis de ter acesso à Justiça dos brancos. Familiares de dois índios que morreram depois de terem sido atropelados quando cruzavam a BR-116, próximo a Barra do Ribeiro, têm dificuldades para receber o dinheiro do seguro obrigatório porque seus registros de nascimento constam só nos documentos da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os mbyás-guaranis atropelados integravam o grupo acampado há três anos às margens da estrada, esperando pela demarcação de terras.

Pelo menos sete índios já foram atropelados naquele local. Dois deles morreram. A primeira morte, da mbyá-guarani Alice Timóteo, 19 anos, ocorreu no dia 19 de fevereiro deste ano. No último dia 10, a vítima foi o índio Elias Cássere, 52 anos. Ele foi atropelado

por um carro da Distribuidora Farmacêutica Panarelo dirigido por Anderson Cordova Jardim, no km 330, por volta das 18h30min. O motorista socorreu Cássere, que não sobreviveu aos ferimentos. O gerente operacional da empresa, Ademir Martins, teme que a burocracia da seguradora adie o pagamento da indenização aos familiares dos índios.

Mesmo que a empresa consiga a liberação do dinheiro, os índios correm o risco de não recebê-lo devido à falta de documentos.

— Historicamente, os indígenas não têm certidão de nascimento nem carteira de identidade como o mundo branco impõe — explica Marinez Garlet, assistente social da organização não-governamental Conselho de Missões entre Índios (Comin).

Desde fevereiro, representantes do Comin buscam o recebimento do seguro para a família de Alice Timóteo. Para driblar a burocracia dos cartórios, que demoraria mais

tempo, encaminharam uma petição especial ao juiz do Fórum Central de Porto Alegre solicitando a simplificação do processo. Até agora, nada foi liberado.

O administrador regional da Funai em Passo Fundo, Glenio Alvarez, diz que o órgão não atua em casos individuais, como é o das indenizações, mas informa que vários mbyás-guaranis e cainganges estão sendo encaminhados para registro em cartório civil para poderem ser incluídos em programas de saúde do governo.

No dia 18 de junho, o procurador da República Marcelo Beckhausen enviou uma recomendação ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem pedindo a instalação de sonorizadores e placas alertando para a presença de indígenas no local. Não teve resposta ao pedido. O cacique Felipe Oscar Brisuela alega que a comunidade só permanece ali porque ainda não foram demarcadas suas terras.